

ACTA

DATA DA SESSÃO: 15 de Setembro de 2007-----

LOCAL DA REUNIÃO: Salão Nobre da Junta de Freguesia -----

PRESIDIU: A Presidente da Assembleia de Freguesia-----

PRESENÇAS:-----

Partido Social Democrata-----

-- Felisbela da Conceição Ferreira Mendes de Freitas- Presente.-----

-- Vitor Manuel Moreira Martins- Presente.-----

-- Francisco José Gomes Correia- Presente-----

-- José Manuel Coelho Pinheiro Machado.-Presente.-----

-- Rui Miguel Leal Pinheiro- Presente-----

-- Rui Miguel Oliveira Pedrosa Batista - Presente-----

-- Sebastião António Gomes Alves.- Faltou.-----

-- João Adilio Pinheiro Monteiro – Presente.-----

--Partido Socialista:-----

-- Nuno Francisco Lopes Certo- Presente -----

-- João Nuno Máximo Pedrosa- Faltou.-----

-- Maria Helena Teixeira Miguel- Presente-----

-- António Couto Carvalho- Presente.-----

-- Bernardino Certo Alves Pinheiro- Presente.-----

HORA DO INÍCIO DA REUNIÃO: 15,00 horas -----

HORA DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: 18,00 horas-----

-- No dia quinze do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, estando ausentes os deputados Sebastião António Gomes Alves e João Nuno Máximo Pedrosa – tendo o primeiro justificado a sua falta – reuniu, em sessão ordinária, esta Assembleia de Freguesia, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1- Informações do Executivo; -----

2– Protocolo Cemitério; -----

3 – Toponímia. -----

-- Posta à votação, a acta da sessão anterior foi aprovada com seis votos a favor e três abstenções.-----

-- A Presidente da Assembleia informou que não foi recebida qualquer correspondência, mas que recebeu uma chamada telefónica da Câmara para dar conhecimento que iria decorrer uma reunião com o Executivo da Junta de Freguesia, para tratar de assuntos relacionados com o cemitério.-----

-- Entrou-se, seguidamente, no período de antes da ordem do dia.-----

-- O deputado Rui Baptista, em nome da bancada do PSD, apresentou uma moção para de deliberação que se anexa a esta acta (Doc. 1) relativa à alteração do preço de instalação de água ao domicílio praticado pela Indáqua SA a ser enviada, em caso de aceitação e posterior votação.-----

-- De seguida, questionou o Presidente da Junta para saber porque é que o sinal de sentido proibido, na Rua do Centenário, recuou cerca de 50 m e porque não terá sido alterada a localização do que está na Rua D. Eva Machado Guimarães, se muitas pessoas já mostraram esse desejo à Câmara.-----

--- Chamou a atenção para a o lançamento de panfletos que a Câmara Municipal fez junto ao Mercado de Vila das Aves, os quais conspurcaram toda a zona, o que é condenável, obrigando a Junta de Freguesia a ter de suportar os custos com a limpeza daquele espaço-----

-- A Presidente informou que a Mesa da Assembleia aceitou para discussão a proposta apresentada.-----

-- O deputado Bernardino Certo disse que esta proposta o apanhou de surpresa e que, embora concorde que as tarifas que estão a ser aplicadas pela Indáqua são altas, gostaria de ser esclarecido se quem as deve pagar é o senhorio ou o inquilino do prédio.-----

-- O deputado Rui Batista respondeu que essa não a é a questão que se levanta, mas sim

se quem tem salários baixos, seja senhorio ou inquilino, deve ter participação da Câmara Municipal.-----

-- Posta à votação esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-- O Presidente da Junta começou por informar que o Decreto-Lei nº 207/94, de 6 de Agosto impõe a obrigatoriedade da instalação da água ao domicílio, mas que a questão que aqui se põe são os preços praticados no nosso concelho, já que nos concelhos vizinhos os valores são muito inferiores. O que se pode dizer é que as Câmaras Municipais, como entidades sem fins lucrativos, não podem ter lucro com estas ligações. Falta apurar se a Câmara Municipal tem ou não lucros com estas ligações já que a Junta não tem acesso aos valores que a Câmara recebe, decorrentes do contrato que tem com a Indáqua. Depois de apresentar os valores constantes da lei, que define os preços a praticar pelos Municípios relativamente aos serviços prestados e bens fornecidos, comparando a situação de Santo Tirso com a de Famalicão, disse que só com um esclarecimento da Câmara de Santo Tirso poderá perceber a discrepância que existe, a qual é de clara desvantagem para os munícipes de Santo Tirso -----

-- Quanto à gestão de trânsito, já teve conhecimento da mudança do sinal da Rua do Centenário, mas sobre o da rua D. Eva Machado Guimarães ainda não recebeu qualquer informação. Quanto aos panfletos espalhados na zona do mercado, disse que também ele também ficou perplexo com a situação descrita.-----

-- O deputado José Manuel Machado congratulou-se pela proposta apresentada pelo PSD ter sido aprovada por unanimidade, no sentido de se recomendar à Câmara Municipal de Santo Tirso que faça algo que resulte na redução dos custos da instalação da água. Disse ainda que, admitindo que a Câmara Municipal de Santo Tirso não esteja a ter lucro, as outras Câmaras vizinhas estão a ter prejuízo ou então estão a encarar este problema como uma função social junto das famílias, para melhorar a sua qualidade de vida nos seus concelhos. Assim, uma vez mais faz sentido a recomendação apresentada para que, se não se puder renegociar estes preços com a Indáqua se adopte uma política social de participação às famílias mais carenciadas.-----

-- Passou-se, de seguida, ao 1º Ponto da Ordem de Trabalhos – Informações do Executivo. -----

-- O Presidente da Junta começou por informar sobre o arquivamento do processo apresentado contra si, no Ministério Público, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e pelo Chefe da Policia Municipal, aquando das Festas da Vila. Afirmou que este processo bizarro é uma prova inequívoca de perseguição política e tentativa de bloqueio

financeiro que o Presidente da Câmara Municipal quer impor à Junta de Freguesia. Referiu, então, o que consta do despacho de arquivamento: que a Policia Municipal se dirigiu ao local onde decorrem as Festas da Vila para verificar a licença de utilização e funcionamento do recinto das festas; e que, segundo o relatório da mesma Policia Municipal, o Presidente da Junta tentou impedir os agentes de realizarem o seu trabalho de fiscalização, porque sabia que o dono do terreno não tinha licença para aí deixar instalar os divertimentos que lá se encontravam. e que, por isso, tinha cometido um crime de ofensa a pessoa colectiva e um crime de abuso de poderes. -----

-- O Presidente da Junta continuou, dando conta de que, na qualidade de arguido foi notificado, pela Procuradoria da República de Santo Tirso de que tinha sido proferido despacho de arquivamento deste processo. E isto porque se verificou que todos os divertimentos estavam licenciados e que o dono do terreno tinha autorizado a Junta a utilizar aquele terreno, autorização essa, datada de Janeiro de 2007, chegada à Junta em papel timbrado da Câmara Municipal. Naturalmente, o Presidente da Câmara sabia disso, assim como sabia que a Junta de Freguesia tinha tirado todas as licenças exigidas e pago as respectivas taxas.-----

-- Sobre o subsídio para as referidas festas, disse que o Presidente da Câmara respondeu, numa reunião da Assembleia Municipal, que ainda não tinha sido deliberado, porque estava a decorrer aquele processo no Ministério Público. -----

-- Falou ainda do assunto Esplanada de Verão 2003, dizendo que pensava a Junta de Freguesia que era já um assunto encerrado, quando, em Julho passado, foi confrontada com uma visita de uma inspectora do Ministério das Finanças - Serviços de Inspecção Tributária, para verificar as contas relativas a esta actividade, por queixa apresentada pela Câmara Municipal de Santo Tirso. Entretanto, em Setembro p.p., a Junta foi notificada que, da acção de inspecção levada a cabo por aquele serviço, não resultaram “quaisquer actos tributários ou em matéria tributária que lhe sejam desfavoráveis”.-----

-- O Presidente da Junta informou ainda que, no tocante ao Posto de Atendimento da Segurança Social, foi assinado novo protocolo que define as condições do seu funcionamento; e que, para fins ligados ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, compareceram na Junta de Freguesia, para cumprirem o dever de apresentação quinzenal, 1092 pessoas no mês de Junho, 1176 no mês de Julho e 951 no mês de Agosto-----

-- Sobre o novo Edifício da Junta de Freguesia, disse que continuam por concluir as obras e que falta executar algumas alterações necessárias ao seu bom funcionamento; e

que, apesar de ser posto este problema à Câmara, com alguma insistência, já ocorreram alguns acidentes com os utentes desta Junta, o último dos quais com consequências gravíssimas, do qual já foi dado conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara responsabilizando aquela entidade; acrescentou que, na véspera desta sessão da Assembleia de Freguesia, chegou um ofício da Câmara informando que foi pedido um parecer ao Gabinete Autor do Projecto; -----

-- Quanto a Subsídios, a situação continua inalterada: são feitos pedidos vezes sem conta, sem qualquer resposta -----

-- Sobre o Centro Cultural – Projecto de Gestão , referiu que, como é do conhecimento de todos, existe de um projecto de gestão do Centro Cultural de Vila das Aves, discutido e aprovado na Assembleia de Freguesia, mas que, apesar disso, o Presidente da Junta, como membro do Conselho Executivo desse equipamento, nunca foi chamado a intervir; e que, para cúmulo, numa grande parte dos eventos realizados, a Junta de Freguesia nem sequer é convidada pela Câmara Municipal. Acrescentou que, como esta Assembleia também está a ser desrespeitada, é altura de fazer ver à Câmara Municipal o dever de fazer cumprir o projecto de gestão definido pela Câmara Municipal e Junta de Freguesia e aprovado pela Assembleia de Freguesia.;-----

-- Disse ainda o Presidente da Junta que, como vem sendo habitual, a Câmara Municipal tinha solicitado sugestões para o seu Plano de Actividades de 2008. A Junta entendeu que, uma vez que de todas as sugestões apresentadas anteriormente por este Executivo (excepção feita ao arranque das obras do cemitério) nada foi concretizado, este é um documento sem sentido, vazio de conteúdo, ilusório na sua concretização, não passando de um plano de intenções que se arrasta no tempo. Assim, deixou à consideração desta Assembleia o que sugerir..-----

-- A Presidente da Assembleia, retomando o assunto dos Órgãos de Gestão do Centro Cultural disse que, como é sabido, já se fez chegar ao conhecimento do Presidente da Câmara que o Presidente da Assembleia é o elemento, por esta designado, para os integrar; e que nunca houve nenhuma convocação nesse sentido. Quanto ao Plano da Actividades da Câmara, lançou o apelo à forças políticas representadas nesta Assembleia, para que lhe façam chegar, no prazo de oito dias, as sugestões que entenderem por convenientes, que depois fará chegar à Câmara Municipal. -----

-- O deputado Rui Batista disse que o PSD está receptivo e que apresentará as suas sugestões, que espera não caíam em “saco roto”. Quanto às informações do Presidente da Junta, disse que o número de desempregados que referiu é preocupante, mas que não

o surpreende já que a taxa da desempregados no concelho de Santo Tirso é das maiores do país. Relativamente aos subsídios, gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara para onde vai o dinheiro dos nossos impostos; que devamos exigir aquilo que é nosso. Quanto ao projecto de gestão do Centro Cultural, o que se passa é, em sua opinião, a vergonha das vergonhas, já que não se respeita nem a Junta nem a Assembleia..-----

-- O deputado Bernardino Certo disse que se abstinha de comentar as afirmações do Presidente da Junta, porque não dizem nada de novo a não ser dizer mal da Câmara e do seu Presidente; quanto aos subsídios, que a Junta poderá ter alguma razão pelo atraso do seu pagamento. Respondendo ao deputado Rui Batista, disse que, nos últimos oito anos, Vila das Aves recebeu milhões de euros de investimento; que os impostos estão a ser investidos em Vila das Aves: decorrem as obras do novo cemitério, a ligação de Paradela a Cense está em fase de conclusão e está em projecto o arranjo do Largo da Tojela e Rua 25 de Abril. Quanto aos subsídios, admitiu que alguns estão atrasados mas que vão chegar – afirmou.-----

-- O deputado Rui Batista disse que não se referiu a investimentos mas sim a subsídios para a Junta, porque Vila das Aves também precisa de pequenos arranjos e pequenos investimentos para os quais a Junta de Freguesia precisa de dinheiro. Quanto aos grandes projectos de que aquele deputado falou, como a Quinta do Verdeal e a ligação de Paradela a Cense, já há muito que são projectos, mas não passam disso.-----

-- O deputado José Manuel Machado, referindo-se ao projecto de Gestão do Centro Cultural, disse que existe um total desrespeito para com os dois Órgãos Institucionais da Freguesia e confessou-se indignado com esta situação. -----

-- O deputado Bernardino Certo disse que se o Centro Cultural tem um representante desta Assembleia, esta entidade deve exigir junto dos Órgãos de Gestão que esta seja respeitada e convocada para todas as decisões. -----

-- A Presidente da Assembleia perguntou, então, o que se devia fazer para que o Sr. Presidente da Câmara saiba que a Assembleia de Freguesia não está contente com a forma como está a ser tratada esta questão, tendo propondo de imediato, que desta sessão saísse um texto para ser enviado à Câmara Municipal.-----

-- O deputado Bernardino Certo sugeriu que a Presidente da Assembleia fizesse uma carta a informar que esta Assembleia protestou e não aceita que este Órgão seja marginalizado na questão da gestão do Centro Cultural.-----

--A Presidente aceitou a sugestão. Ficou também decidido que todos os deputados

passariam na Junta de Freguesia para assinar a referida carta, durante a semana seguinte.-----

-- O deputado Francisco Correia disse que o Presidente da Junta é uma pessoa da terra, tenta sempre resolver os problemas, e que quem o conhece sabe bem que ele nunca faria umas festas sem as respectivas licenças, sabendo que eram exigidas. Quanto a processos em tribunal, falou do dinheiro e do tempo que consomem, e fez um apelo para que se deixe de gastar dinheiro nestes processos; e que as questões sejam resolvidas cara a cara. Concluiu dizendo que não podemos confiar o nosso dinheiro a quem o gere da forma, como está a ser gerido, pela Câmara. -----

- O Presidente da Junta disse que era espantoso como é que o deputado Bernardino Certo já sabia que estão em fase de conclusão o projecto de ligação de Paradela a Cense, porque a Junta não sabia de nada, não tinha recebido qualquer informação. Quanto aos projectos da Rua 25 de Abril e Largo da Tojela, só obtive informação numa reunião que teve com um engenheiro da Câmara, na passada sexta-feira, pelo que também o espantava que o deputado Bernardino Certo já tivesse todas estas informações. Disse que a reunião foi proveitosa e que seria desejável que fossem mais frequentes este tipo de reuniões; quanto à gestão do Centro Cultural, repetiu que esta questão já foi posta, por diversas vezes, já se efectuaram reuniões com a vereadora da Cultura e que nunca os representantes da Autarquia foram chamados a participar na referida gestão. -----

-- Nesta altura, o deputado Bernardino Certo protestou contra a conduta da Presidente da Assembleia de Freguesia que, em sua opinião, nunca nega a palavra aos deputados do PSD e quando ele pede a palavra diz que ele já falou; questionou o porquê de dois critérios diferentes; questionou também o Presidente da Junta, que afinal sabia dos projectos da Câmara e não os quis divulgar-----

-- A Presidente da Assembleia protestou contra a forma de dizer do deputado Bernardino Certo no que toca à sua conduta., pois que não é verdade que tenha dois critérios diferentes, até porque todos tinha acabado de a ouvir chamar à atenção do Presidente da Junta de que o tempo dele estava esgotado; e que o deputado se tinha equivocado, porque, naquele momento, não lhe estava a cortar a palavra.-----

-- O Presidente da Junta explicou que não falou dos projectos pela simples razão de que a reunião com os técnicos da Câmara não tinha sido conclusiva, mas que logo que tivesse os pormenores da obra teria todo o gosto em divulgá-los.-----

-- Entrou-se no 2º Ponto da Ordem de Trabalhos - Quinta dos Pinheiros - Subsídio deliberado em 1999.-----

-- O Presidente da Junta distribuiu aos deputados (para que não esqueçam nunca) cópia de um ofício da Câmara à Junta de Freguesia, que contém a deliberação da atribuição, em 1999, de um subsídio de dois mil contos para o processo “Quinta dos Pinheiros”, o qual até àquele momento ainda não fora pago-----

-- O deputado José Manuel Machado questionou sobre o ponto da situação deste processo e informou ter ouvido em Assembleia Municipal uma coisa bizarra já que foi aí foi dito à tesoureira da Junta que o pagamento deste subsídio estava dependente do desfecho deste processo em tribunal. É que este subsídio é para custear as despesas que existem com o processo que decorre, independentemente do desfecho do mesmo. -----

-- O Presidente da Junta informou que está agendada mais uma audiência para o dia 27 de Setembro e que, a partir dessa data, se espera a decisão do juiz para a conclusão deste processo. Disse estar esperançado numa decisão que vá ao encontro dos interesses dos avenses.-----

-- 3º Ponto da Ordem de Trabalhos - Protocolo do Cemitério.-----

-- O Presidente da Junta disse que o protocolo que foi entregue aos deputados (Doc. 2) é a versão apresentada pelo Executivo, com algumas correcções em relação ao protocolo anterior apresentado pela Câmara Municipal, e que já foi discutido numa reunião com o Sr. Presidente da Câmara, tendo sido aceites praticamente todos os pontos.-----

-- O deputado José Manuel questionou se o documento apresentado já tinha sido aceite ou era ainda uma contraproposta apresentada pelo Executivo-----

- O deputado Bernardino Certo questionou se o documento agora apresentado é para ser aprovado por esta Assembleia ou é só para conhecimento dos deputados.----- O Presidente da Junta informou que era apenas para dar conhecimento das alterações introduzidas ao protocolo anteriormente apresentado a esta Assembleia, para preparar um futura ratificação do mesmo.-----

-- O deputado Bernardino Certo disse que o seu grupo parlamentar se tinha abtido desta discussão pois não queria que o Executivo fosse condicionado para negociações com a Câmara Municipal; que este protocolo tem a sua inteira concordância, mas não teria sido necessário ser trazido à Assembleia-----

-- O Presidente da Junta mostrou-se satisfeito com as declarações do deputado Bernardino Certo e disse que gostaria de ver esta mesma abertura quando se trata aqui outros assuntos, nomeadamente a atribuição de subsídios.-----

..- 3º Ponto da Ordem de Trabalhos – Alteração ao PPI-----

-- O Presidente da Junta explicou que as alterações apresentadas (Doc. 3) têm como

objectivo pagar um dívida recebida do Executivo do último mandato PS, agora que o empreiteiro está a exigir o seu pagamento e aceitou um plano para este mesmo pagamento bem como para se pagar a obra de reconstrução do muro da escola de Quintão, pagamentos que urge fazer, mesmo que ainda não tenha sido recebido o subsídio da Câmara Municipal.-----

--O deputado José Manuel disse que embora não venham os subsídios, os compromissos têm de ser cumpridos.-----

-- O deputado Bernardino Certo disse que, para votar em consciência, queria ser esclarecido quanto aos valores constantes do mapa apresentado pois que, em sua opinião, não estavam correctos.-----

-- O deputado José Manuel Machado sugeriu ao Executivo que, com a mesma habilidade que conseguiu um plano de pagamentos ao empreiteiro, também tentasse propor à Câmara Municipal um plano de pagamentos à Junta dos subsídios em atraso.--

-- Posta à votação a proposta de alteração ao PPI, esta foi aprovada com sete votos a favor do PSD e quatro abstenções do PS.-----

-- O Presidente da Junta, aproveitando a ideia do deputado José Manuel Machado, propôs que os deputados desta Assembleia fizessem esta proposta de plano de pagamento de subsídios em atraso à Câmara Municipal. Também confessou estranhar muito a abstenção dos deputados do PS, para a alteração do PPI, já que se trata de um pagamento de uma dívida feita pela Junta PS.-----

-- Dada a palavra ao público, não houve nenhuma intervenção.-----

-- Por mais nada haver a tratar, a Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por quem a lavrou e pela Presidente. -----